

ANEXO I - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO I

- Dados pessoais:

Nome: Claudia Braga Tomelin

II - Dados profissionais:

Unidade ministerial/Órgão/Instituição de afiliação: Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Cargo/função: Promotora de Justiça.

III – Boa prática:

Título: Diálogos inclusivos: A representatividade da população carcerária restaurada por meio da família

Tipo: Ação Projeto

Ementa descritiva (120 palavras): Trata-se de projeto desenvolvido para criar um espaço especialmente destinado a acolher, informar – inclusive com o auxílio de profissionais da saúde – e ouvir as reivindicações de representantes de familiares de internos, que, gentilmente, se dispuseram a participar desse canal de diálogo, em tempos de pandemia de Covid-19.

Introdução: Considerando que, desde a declaração de pandemia de Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde, o Ministério Público vinha recebendo muitas reclamações por parte de familiares relacionadas à falta de notícias sobre o avanço da doença nos presídios e acerca do estado de saúde dos internos contaminados, a Coordenadoria Executiva de Autocomposição e o Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI criaram o projeto “Diálogos Inclusivos: a representatividade da população carcerária restaurada por meio da família”. O objetivo da ação é dar voz e conferir informações qualificadas à sociedade, com enfoque nos familiares de pessoas recolhidas nas unidades prisionais distritais, os quais já vem sofrendo com a suspensão das visitas presenciais e dos benefícios externos que eram usufruídos por grande número de reeducandos.

Descrição: A dinâmica inclusiva do círculo restaurativo, é segmentada em duas etapas. No primeiro momento os participantes selecionados integram uma roda de construção de paz conduzida por facilitadores devidamente capacitados, pensado como um espaço de diálogo intencional, cuidadosamente estruturado, cujo processo congrega elementos que organizam a interação para que haja a máxima compreensão, empoderamento e conexão entre os participantes. Após um breve

intervalo, momento em que um lanche de acolhimento é ofertado aos participantes, têm eles a oportunidade de esclarecer dúvidas e receber informações diretamente dos Promotores de Justiça e servidores do NUPRI e de parceiros convidados. Nesse segundo momento a palavra é aberta para a escuta das demandas trazidas pelos familiares e são aclaradas as questões propostas, com informações pertinentes acerca da realidade do sistema prisional local e das ações adotadas ao longo do período de isolamento, buscando melhorar a compreensão dos limites de atuação diversos órgãos e as dificuldades existentes na implementação de eventuais medidas postuladas, apresentando-se as soluções alternativas ou compensatórias buscadas para a redução dos transtornos e angústias. Ao final, os familiares são chamados a responder uma pesquisa de satisfação e recebem certificado de participação no processo circular de construção de paz. Os encontros são realizados quinzenalmente, em sala situada no edifício-sede do MPDFT e, até o momento, duas rodadas de diálogos já foram realizadas. Porque o projeto é ancorado em postulados constitucionais democráticos e consiste tão somente em abrir espaço para que a sociedade apresente suas demandas, é possível que seja replicado em outros Órgãos Ministeriais.

Conclusão/Resultados: Os resultados alcançados vem se revelando bastante positivos, pois, além de oportunizar espaço de fala para a sociedade, ofertar esclarecimentos e, ainda, definir providências para a melhoria do Sistema Prisional em geral, traz conforto emocional aos familiares dos internos. Apesar dos obstáculos enfrentados – implementação do projeto durante a pandemia, o que retarda o seu alcance e o potencial de engajamento entre os familiares/visitantes dos internos estabelecidos no Sistema Prisional do DF – o Ministério Público, nos encontros até então realizados, já observou o quanto importante é a necessidade de se aproximar da sociedade, principalmente daquelas pessoas carentes de representatividade. Tanto é assim que esse Núcleo pretende realizar os diálogos restaurativos a mesmo após a pandemia de Covid-19.

(x) Declaro a veracidade e a precisão das informações prestadas, assim como responsabilizo-me exclusivamente por quaisquer reclamações relacionadas a direitos autorais em virtude da ação ou projeto apresentado.

(x) Autorizo sem ônus a divulgação da presente iniciativa na página do CNMP. (Anexar arquivos)

Brasília/DF, 14 de agosto de 2020.